



## **04 DE JULHO DE 2011**

### **Segunda - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **BANCOS DEVEM OFERECER OPÇÃO DE SEGURADORAS**
- **MANOBRA REDUZ DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA**
- **FALTA DE INVESTIMENTOS MANTÉM PREÇOS ACIMA DA MÉDIA HISTÓRICA**
- **VENDA DE CARROS SOBE 10% NO SEMESTRE**
- **INVESTIMENTOS FEDERAIS DESPENCAM 13,9% NO 1º SEMESTRE**
- **COMPENSAÇÕES E ROYALTIES DAS HIDRELÉTRICAS SOMAM QUASE R\$ 1 BILHÃO**
- **FALTA DE QUALIFICAÇÃO INTENSIFICA A CONTRATAÇÃO DE ESTRANGEIROS**
- **QUATRO MIL VAGAS DE EMPREGO PARA CANDIDATOS SEM EXPERIÊNCIA**
- **CHINA PRECISA ESTIMULAR FINANCIAMENTO À PEQUENA EMPRESA**
- **CAPTAÇÃO EXTERNA SOMA US\$ 30 BI NO SEMESTRE, RECORDE PARA O PERÍODO**
- **TRIBUNAIS GARANTEM ACESSO A DOCUMENTOS DO PODER PÚBLICO**
- **FEDERAÇÃO PARANAENSE LANÇA ESTUDO SOBRE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**
- **FORD DESENVOLVE BANCO DE CARRO COM MONITORAMENTO CARDÍACO**

<b>Câmbio</b> Em 04/07/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,558	1,558
<b>Euro</b>	2,261	2,262

Fonte: BACEN

## **Bancos devem oferecer opção de seguradoras**

04/07/2011- Gazeta do Povo

Apesar da contratação do seguro habitacional para o financiamento imobiliário ser obrigatória, o consumidor tem assegurado o direito de optar pela seguradora que melhor lhe convier. O mutuário pode escolher uma entre duas empresas indicadas pelo próprio banco no momento do financiamento, ou qualquer outra que quiser, desde que atendidas as regras de cobertura do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Além disso, é dever do banco informar ao mutuário de forma clara e precisa tudo o que estiver sendo contratado. Do contrário, o consumidor corre o risco de pagar a mais por um produto que não precisa.

Outra situação que exige atenção é a chamada venda casada, prática abusiva vedada pelo Código de Defesa do Consumidor (Art. 39, inciso I). A inclusão de "seguros acessórios" – que não o obrigatório por lei –, representa, em média, um acréscimo de R\$ 30 no valor da parcela. Pode até parecer pouco, mas a soma chega a R\$ 10,8 mil ao longo dos 30 anos de financiamento.

"É preciso ficar de olho para ver se os bancos não estão vinculando o financiamento à contratação de seguros de outras modalidades. Muitos gerentes têm metas e se aproveitam dessa situação para 'empurrar' seguros e produtos como se eles também fossem obrigatórios", alerta o advogado Lúcio de Queiroz Delfino, diretor-administrativo da Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação (Anmh).

Ele explica que apenas duas coberturas são obrigatórias: a que garante a quitação das parcelas a vencer em caso de morte ou invalidez permanente do mutuário e a que

cobre situações de danos físicos no imóvel. “No caso de danos, o seguro só cobre o próprio imóvel. Isso não inclui bens móveis, danos a terceiros ou veículos – qualquer seguro com cobertura além dessa, não tem contratação obrigatória”, explica Delfino.

Segundo o advogado, a exigência da contratação de qualquer outra modalidade de seguro para liberação do financiamento caracteriza venda casada. “Não é só o seguro, há também a venda dos títulos de capitalização, prática comum no mercado. Tudo isso é proibido. Diante dessa situação, o consumidor deve exigir a contratação sem a venda casada. Caso contrário, é preciso fazer uma denúncia no Ministério Público ou Procon”, orienta. Outra alternativa, mais trabalhosa, sugere, é assinar o contrato e pedir seu cancelamento pela via judicial.

### **Regras de cobertura**

O Procon-PR alerta que nenhum seguro cobre, em caso de sinistro, o pagamento de prestações em atraso. Além disso, a quitação do saldo devedor se dá em função da participação da renda de cada um dos contratantes. Ou seja, em caso de morte de um mutuário com participação de 40% na renda informada no contrato, a seguradora pagará a indenização proporcionalmente.

Ainda de acordo com o Procon-PR, a instituição financeira também é obrigada a ainda informar nos contratos o custo efetivo total do seguro habitacional para que o consumidor saiba exatamente quanto irá gastar com o seguro até o final do financiamento. “Dessa forma, ele terá condições de pesquisar e escolher qual é a oferta que melhor lhe convém”, explica a coordenadora do órgão, Claudia Silvano.

A entidade também alerta para o fato de que o seguro não cobre o saldo devedor em caso de desemprego. As seguradoras, no entanto, oferecem à parte esse tipo de cobertura, mediante a contratação e pagamento de prêmio adicional.

## **Manobra reduz déficit da Previdência**

04/07/2011- Gazeta do Povo

O déficit da Previdência Social poderá cair à metade se for aprovado um projeto de lei, ainda não enviado ao Congresso Nacional, que retira de sua contabilidade as renúncias fiscais. De janeiro a maio, elas somaram R\$ 8,9 bilhões, enquanto as contas previdenciárias registraram um saldo negativo de R\$ 17,8 bilhões.

Se a mudança proposta já estivesse em vigor, o “rombo” seria do mesmo tamanho, mas com outro endereço. A parcela sob responsabilidade da Previdência cairia a R\$ 8,9 bilhões e o restante do déficit estaria espalhado por outros ministérios.

No entendimento do ministro da Previdência, Garibaldi Alves, patrocinador da proposta, é preciso “dar a César o que é de César”. Ou seja, transferir para cada ministério as renúncias de receita que hoje são contabilizadas na Previdência, embora não sejam políticas da pasta.

É o caso, por exemplo, das empresas do agronegócio que exportam. Elas não recolhem contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre as receitas que obtêm com a venda de mercadorias ao exterior. Essa medida foi adotada para aumentar a competitividade do produto brasileiro no mercado externo, ou seja, não é uma política na área de Previdência.

Garibaldi acha que essa conta não deveria estar com ele e sim com o Ministério da Fazenda. A renúncia de arrecadação, nesse caso, chegou a R\$ 1,1 bilhão de janeiro a maio deste ano.

“Em todos os países que dão esse tipo de benefício, a conta fica no ministério setorial”, disse o secretário de Previdência Social, Leonardo Rolim. Segundo explicou, essa “limpeza” tornaria os resultados do sistema previdenciário brasileiro comparáveis aos de outros países. “Daria mais transparência”, defendeu.

Na semana passada, Garibaldi reuniu-se com os ministros Saúde e do Desenvolvimento Social e apresentou a eles a minuta do projeto de lei. “Eles ficaram de analisar”, contou o secretário. A Previdência quer passar para a Saúde, por exemplo, as renúncias fiscais feitas para hospitais filantrópicos. Para o do Desenvolvimento Social, seriam transferidas as entidades sem fim lucrativo que atuam na área de assistência.

Outros ministérios, como da Educação, também passariam a contabilizar as renúncias de entidades que atuam em sua área. Para Rolim, a transferência dos benefícios das entidades filantrópicas, por exemplo, às respectivas pastas teria um benefício extra: melhora na gestão – os ministérios seriam mais criteriosos no enquadramento das entidades como filantrópicas.

## Falta de investimentos mantém preços acima da média histórica

04/07/2011- Gazeta do Povo

Desde o surgimento dos carros flex, em 2003, o brasileiro se acostumou a pagar mais caro pelos combustíveis durante o verão e, nos meses seguintes, ver os preços caírem conforme o avanço da colheita da cana-de-açúcar. Mas, desta vez, o característico recuo das cotações após o início da produção de álcool não foi tão grande assim, deixando os preços “de inverno” – geralmente os menores do ano – em níveis bem acima da média histórica. Na comparação com os valores médios cobrados pelos postos de Curitiba em junho de 2010, por exemplo, o etanol está 33% mais caro e a gasolina, 11%. E a situação não parece ser momentânea.

O problema tem origem na estagnação da produção de etanol, que, a partir da crise financeira mundial, em 2008, não conseguiu mais acompanhar o aumento da frota de veículos bicombustíveis. Esse descompasso entre oferta e demanda eleva não apenas o preço do álcool, mas também o da gasolina, de duas formas: além de o derivado de petróleo levar 25% de etanol em sua composição, a inflação do combustível de cana também estimula donos de carros flex a “migrar” para a gasolina, que, mais procurada, é reajustada por distribuidoras e postos – muito embora esteja “congelada” nas refinarias da Petrobras há vários anos.

## Oferta de álcool abastece menos de 50% da frota flex, diz Unica

A produção de etanol da safra de cana que está sendo colhida deve somar 25,5 bilhões de litros, volume apenas 0,5% superior ao da safra anterior, segundo previsão da Unica. Esse volume, de acordo com a associação, é suficiente para abastecer apenas 45% da frota de carros flex – no ano passado, o setor diz ter atendido a 50% da frota. Mantido o atual ritmo de expansão da oferta e da demanda, estima a Unica, esses percentuais tendem a cair ainda mais, chegando a 37% em 2020.

Para garantir o abastecimento nos próximos anos, o setor precisa urgentemente renovar os canaviais, substituindo plantas antigas por novas, avalia o diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues. Nesta safra, a idade média do canavial é de quatro anos, contra 3,7 anos no ciclo passado.

“Uma lavoura estabilizada é composta por 60% de cana nova e mais produtiva e por 40% de cana envelhecida, acima de quatro cortes. Para a safra atual, esse cenário está invertido, e o impacto negativo desse envelhecimento do canavial sobre a produtividade é expressivo”, disse Rodrigues em entrevista coletiva no início da colheita, há três meses. (FJ)

Endividada e abalada pela crise global, que secou o crédito para novos investimentos – e, em alguns casos, até para capital de giro –, a indústria sucroalcooleira interrompeu em 2008 um vigoroso movimento de expansão. O patamar a que os preços chegaram agora é, em grande parte, efeito retardado da crise; eles só não dispararam antes porque as exportações do produto caíram justamente a partir de 2008, o que deu um respiro à oferta no mercado interno.

O cenário para os preços da gasolina indica que, se o combustível não tende a subir muito além dos níveis que alcançou recentemente, também não tem muitos motivos para cair. Na verdade, a gasolina só ficará mais barata por consequência de eventuais quedas do álcool; se seguisse estritamente a lógica de mercado, o derivado do petróleo já estaria bem mais caro.

As projeções sugerem que, pelo menos nos próximos dois ou três anos, o consumidor terá de se habituar a uma realidade na qual os preços de etanol e gasolina serão maiores que os vistos até 2010 e a diferença entre as cotações dos dois combustíveis, mais estreita. Com isso, a vantagem competitiva do álcool sobre a gasolina não será mais tão grande, nem mesmo durante o auge da safra de cana, como ocorre agora.

## **Inflação**

Embora os preços dos dois combustíveis tenham baixado consideravelmente desde abril, quando atingiram picos históricos, eles continuam bem acima dos níveis de antes da entressafra. E desbancam, com sobras, os valores praticados nesta mesma época em anos anteriores (veja gráfico nesta página).

O preço médio do álcool, que nos meses de junho raramente se aproximava de R\$ 1,50 por litro, agora passa de R\$ 1,70. E o litro da gasolina, normalmente situado na casa dos R\$ 2,30 ou R\$ 2,40 em meados do ano, agora sai por R\$ 2,61, segundo os levantamentos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os valores que o consumidor observa nas bombas refletem a disparada do álcool nas usinas. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP), o custo do etanol hidratado está quase 60% mais alto que há um ano. No mesmo intervalo, o anidro, que é misturado à gasolina, subiu cerca de 50%.

## **Déficit estrutural**

“Excluindo as sazonalidades, o atual patamar de preços, da gasolina e do etanol, é um novo patamar, e veio para ficar. Não há motivo para esperar menos. Não vejo cenário de queda relevante no médio e no longo prazo”, diz Marco Saravalle, analista da corretora Coinvalores. O economista Francisco Pessoa, da LCA Consultores, tem opinião semelhante. Segundo ele, o nível alcançado pelos preços não tem nada de ocasional. “Este patamar é estrutural, e vamos ter de nos acostumar a ele por alguns anos”, prevê.

A própria União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), representante máxima do setor, admitiu em várias ocasiões neste ano que existe um “déficit estrutural na oferta de cana”, que só começará a ser revertido quando houver um “novo ciclo de investimentos na produção” – não só na renovação dos canaviais mais antigos, que ficam menos produtivos a cada safra, mas também na ampliação do cultivo e na construção de novas usinas.

### **Pacote**

O governo estuda oferecer incentivos para a expansão da produção – espera-se para o segundo semestre um pacote de crédito e novas regras para o setor –, mas os efeitos não serão imediatos, prevê Pessoa, da LCA. “Estímulos seriam bem-vindos. Mas não é de uma hora para outra que o setor vai retomar o crescimento rápido. Montar um canavial e uma usina é um processo de uns dois anos.”

## **Venda de carros sobe 10% no semestre**

04/07/2011- Gazeta do Povo

A indústria automobilística encerra o semestre com vendas de 1.737 milhão de veículos, incluindo caminhões e ônibus, volume recorde para o período e 10% maior em relação aos seis primeiros meses de 2010. O mês que terminou foi o melhor junho da história. A tendência para a segunda metade do ano, porém, é de desaceleração do crescimento.

A previsão das montadoras é de chegar em dezembro com alta de 5% nos negócios, totalizando vendas de quase 3,7 milhões de veículos. As medidas de contenção ao crédito adotadas pelo governo a partir de dezembro afetaram alguns segmentos – como o de modelos populares –, a inadimplência cresceu, mas a demanda por carros novos manteve-se forte no primeiro semestre, puxada principalmente pela elevação da renda e manutenção de empregos.

Segundo dados do mercado, só no mês passado foram licenciados 304,4 mil veículos, 15,8% a mais que no mesmo mês do ano passado mas 4,46% abaixo de maio, até agora o melhor mês do ano, com 318,5 mil veículos comercializados. Boa parte das vendas foi feita a frotistas, que conseguem preços especiais. Na média diária, junho, com 20 dias úteis, teve vendas de 15.219 veículos acima de maio, com 22 dias úteis e 14.478 unidades ao dia. Só em automóveis e comerciais leves foram vendidos no mês passado 287 mil unidades, com média diária de 13.667 unidades, igual a maio.

A continuidade do ritmo de crescimento é ameaçada pela inadimplência. O presidente da Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef), Décio Carbonari de Almeida, diz que o calote está “acima do esperado”. Em alta desde

janeiro o índice de atrasos acima de 90 dias estava em 3,3% dos contratos em abril. "Como não houve queda da renda e nem aumento do desemprego, pode ser um sinal de esgotamento do crédito", afirma.

Para alguns fabricantes, a desaceleração deve ser mais acentuada no segmento de automóveis, mais dependente do crédito privado, que está mais caro. O segmento de caminhões e ônibus tende a seguir crescendo. Na quinta-feira, a Mercedes-Benz anunciou a criação de um terceiro turno de trabalho na fábrica de São Bernardo do Campo (SP) e a contratação de 950 funcionários. O objetivo é ampliar a capacidade produtiva de 65 mil para 75 mil a 80 mil veículos. As informações são do jornal o Estado de S.Paulo.

## **Investimentos federais despencam 13,9% no 1º semestre**

04/07/2011- O Estado do Paraná

Para garantir o corte de R\$ 50,7 bilhões no Orçamento e assegurar o cumprimento da meta de superávit primário em 2011, o governo está economizando numa área preservada nos últimos dois anos: os investimentos. Segundo dados obtidos pela Agência Brasil, os gastos com investimentos somaram R\$ 17,759 bilhões no primeiro semestre, queda de 13,9% em relação ao mesmo período do ano passado. De janeiro a junho de 2010, os investimentos federais tinham totalizado R\$ 20,632 bilhões.

Neste anos, a queda se concentrou no mês passado. O comportamento desse tipo de despesa, que engloba as obras públicas, mostra uma trajetória de desaceleração ao longo do ano que se intensificou a ponto de fazer o investimento registrar diminuição na comparação com 2010.

Até fevereiro, o crescimento acumulado dos investimentos em relação ao mesmo período do ano anterior era de 25%. A diferença diminuiu para 9% em março, 5% em abril e encerrou maio com aumento de apenas 1,1%, segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional na última quarta-feira (29). Em junho, o Tesouro investiu apenas R\$ 888,1 milhões. O valor é 83,2% menor que os R\$ 5,299 bilhões registrados em janeiro.

Apesar da diminuição dos investimentos, uma área continua preservada dos cortes. As despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continuam a crescer em 2011. De janeiro a junho, os gastos do PAC somaram R\$ 12,196 bilhões, aumento de 36% em relação aos R\$ 8,936 bilhões executados no primeiro semestre do ano passado.

Ao comentar a evolução dos investimentos federais, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse que esses gastos voltarão a crescer no segundo semestre. Segundo ele, a legislação eleitoral obrigou o governo a antecipar gastos com obras públicas para o primeiro semestre em 2010 e interferiu na base de comparação. "Não estamos falando de investimentos pequenos porque a base já estava alta [no ano passado]", ressaltou Augustin na semana passada.

Como nos últimos anos, os restos a pagar – recursos autorizados em anos anteriores e transferidos para os exercícios seguintes – continuam a sustentar os investimentos. Do total gasto em investimentos federais em 2011, 84% vieram de verbas de anos anteriores. Em relação ao PAC, a proporção chega a 87%.

Os dados do acumulado de 2011 foram obtidos com base em números do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Os números de 2010 são de relatório do Tesouro Nacional divulgado na época.

## **Compensações e royalties das hidrelétricas somam quase R\$ 1 bilhão**

04/07/2011- O Estado do Paraná

As compensações financeiras e os royalties das hidrelétricas brasileiras renderam R\$ 998,2 milhões nos primeiros seis meses do ano. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os municípios, estados e a União receberam R\$ 816,9 milhões pela Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e R\$ 181,3 milhões em royalties relativos à compensação financeira devida pela Usina de Itaipu.

No mês de junho, os dois tipos de compensação totalizaram R\$ 172,1 milhões. Desse montante, R\$ 144,1 milhões relativos à CFURH foram distribuídos entre 663 municípios de 21 estados, o Distrito Federal e a União, enquanto a transferência de R\$ 27,9 milhões em royalties chegou a 341 municípios de cinco estados, ao Distrito Federal e à União.

A Aneel é a responsável pela arrecadação e a distribuição da compensação e dos royalties. Pelas regras do setor, os municípios ficam com 45% da arrecadação e outros 45% vão para os estados.

O dinheiro pode ser aplicado em programas de saúde, educação e segurança, mas não pode ser usado para abater dívidas, a não ser que o credor seja a União, nem para o pagamento de pessoal. A União recebe os 10% restantes, que são distribuídos à Agência Nacional de Águas (ANA), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e aos ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia.

## **Falta de qualificação intensifica a contratação de estrangeiros**

04/07/2011- O Estado do Paraná

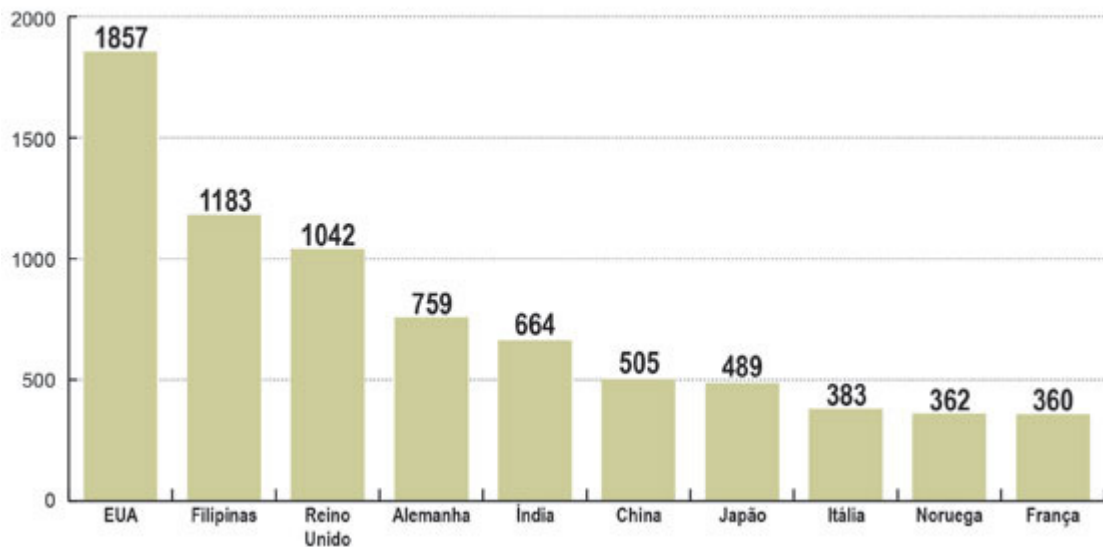
Toda a agenda de investimentos que o Brasil precisa cumprir, seja por conta dos eventos esportivos (Olimpíadas e Copa do Mundo), seja pela demanda do pré-sal, configura-se em sinônimo de oportunidades. Porém, um dos melhores endereços para o capital financeiro no mundo, não fez várias lições de casa, dentre elas a melhoria da educação. Com isso, o apagão de mão-de-obra qualificada é uma realidade que está sendo driblada pelos empresários de diversas formas, dentre elas, a contratação de estrangeiros. Tal recurso é cada vez mais empregado e os números de autorizações de trabalho concedidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) crescem ano a ano no Brasil.

Somente nos três primeiros meses deste ano, já foram concedidas 13.034 autorizações, 10% a mais do que o mesmo período de 2010, ano que superou em mais de 30% o total de 2009, saltando de 42.914 vistos de trabalho para 56.006 registrados no ano passado. Outro dado que chama a atenção é ranking dos países que mais fornecem mão-de-obra para o Brasil. Os Estados Unidos ocupa o topo da lista, seguido por Filipinas, Reino Unido e Alemanha, o que torna clara a migração de profissionais para vagas com ganhos maiores, em uma faixa inicial de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil para técnicos.

“Não é de hoje que o governo transferiu a responsabilidade de formação da mão-de-obra técnica para o empresário. Porém, com todo esse cenário de investimentos no País, fatalmente, precisamos recorrer a outros países para viabilizar parte desses empreendimentos”, analisa o gerente de desenvolvimento organizacional e de pessoas da Arcelormittal Gonvarri do Brasil, Paulo Cavalcanti.

### Arte: Edgar Larsen

#### Autorizações concedidas a estrangeiros por país de origem



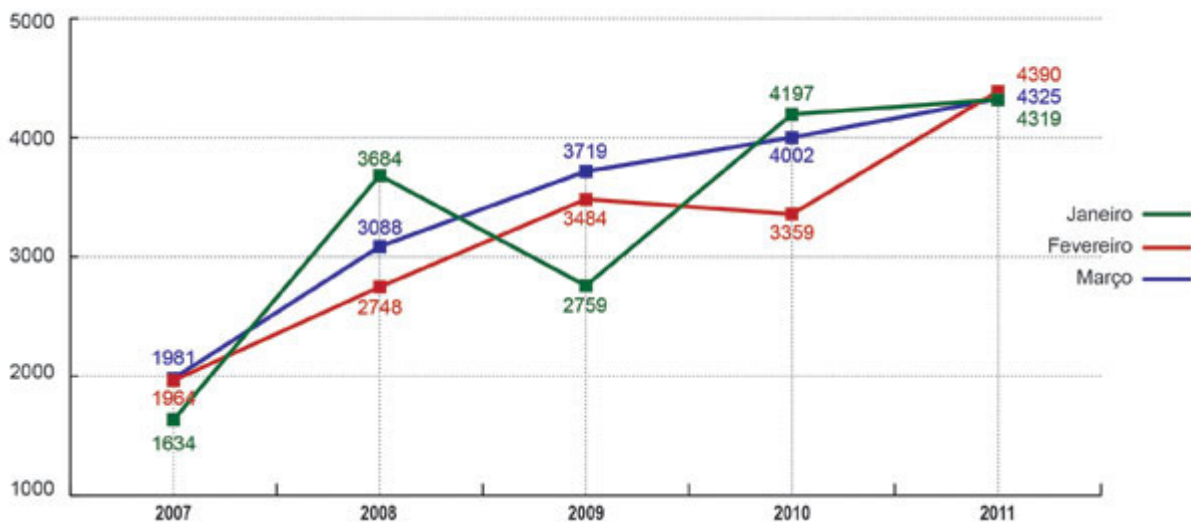
Há dez anos com uma unidade instalada em Curitiba, a gigante mundial da siderurgia (com sede na Bélgica) desenvolve projetos em todo o país. Segundo Cavalcanti, no ano passado, somente um dos projetos desenvolvidos pela empresa exigiu a contratação de oito profissionais estrangeiros de nível técnico e seis para cargos gerenciais. “Era uma fábrica de torres eólicas em Recife (PE). Precisamos transferir de outras unidades da Arcelormittal no mundo desde profissionais para área de solda, pintura até parte do corpo gerencial. Tudo isso porque não existiam profissionais com a preparação necessária para a atividade”, justifica.

No novo empreendimento da Arcelormittal, que envolve um aporte financeiro da ordem de R\$ 100 milhões para a instalação de uma fábrica de flanges (tubos que conectam os cilindros às hélices nas torres eólicas), a situação irá se repetir. “Teremos que trazer técnicos europeus para formar a mão-de-obra que irá montar as máquinas em um primeiro momento e, depois, terá que aprender a operá-las”, prevê.

É importante notar que há uma série de exigências do MTE, inclusive a comprovação de que o estrangeiro contratado realmente é necessário por não haver brasileiro qualificado, para se obter a autorização de trabalho temporário. “Além de toda a burocracia, gasta-se pelo menos o dobro ao trazer um profissional de fora, porém, neste momento, não há alternativa. É isso ou desistir do projeto”, atesta.

### Arte: Edgar Larsen

## Autorizações concedidas por mês a estrangeiros de 2006 a 2011



O empresário italiano Bruno Rossi, que inaugurou, em 2009, a Refinarte Group Ltda, que fabrica máquinas de painéis de MDF, afirma que a carência de profissionais qualificados no Brasil já era notada desde a década de 90, quando o cenário econômico brasileiro era completamente diferente. "Minha decisão de escolher o Brasil e Curitiba também teve relação com a oportunidade que vi de desenvolver um negócio inovador, tamanha a carência de inovação e tecnologia no país. Comecei como representante de uma empresa, na década de 90, e já sentíamos a necessidade de trazer os profissionais de fora, quando comprávamos uma máquina do exterior. Passadas duas décadas, o problema é o mesmo", constata Rossi. "A única coisa que mudou foi a facilidade de contratar estrangeiros com o advento da Internet", acrescenta.

De acordo com o advogado trabalhista Edson Cardoso, o procedimento online encurtou em pelo menos quatro meses o tempo para a obtenção da autorização de trabalho. "Antes, era necessário mandar pelo correio toda a documentação exigida, o que consumia pelo menos seis meses. Agora, se a documentação estiver completa, dá para obter o visto de trabalho em até 60 dias", conta Cardoso.

### Quatro mil vagas de emprego para candidatos sem experiência

04/07/2011- O Estado do Paraná

A Agência do Trabalhador de Curitiba está com quatro mil vagas de emprego abertas para candidatos sem experiência, em diversos setores e para todos os níveis de escolaridade. A maioria das vagas é destinada a pessoas que tenham o 2.º grau completo. As remunerações oferecidas vão de R\$ 550 a R\$ 1,8 mil.

São 345 vagas para atendente de balcão, 204 para ajudante de cozinha, 137 para ajudante de carga e descarga, 109 para atendente de lanchonete, 78 para auxiliar de produção, 32 para motoboy, 277 para caixa de supermercados, 91 para balconista de açougue, e ainda oportunidades diversas para farmacêuticos, psicopedagogos, caixa de loja e instalador de alarme.

As quatro mil vagas correspondem a quase 70% do total de oportunidades em aberto na capital (aproximadamente seis mil vagas). A Secretaria de Estado do Trabalho, por

meio das agências, orienta as empresas para que não exijam experiência dos candidatos, facilitando o preenchimento das vagas e acelerando o ritmo das contratações. Segundo o secretário Luiz Claudio Romanelli a ação visa, principalmente, favorecer o primeiro emprego, conquista que muitas vezes pode ser motivo de preocupação.

Os interessados podem comparecer na Agência Central (Rua Pedro Ivo, 744 – Centro) ou consultar as vagas no site [www.setp.pr.gov.br](http://www.setp.pr.gov.br) e no twitter ([@EmpregoPR](https://twitter.com/EmpregoPR)).

## China precisa estimular financiamento à pequena empresa

04/07/2011- O Estado do Paraná

O sistema financeiro da China precisa implementar a política monetária "prudente" do governo no grau correto e fortalecer o apoio financeiro para pequenas empresas, disse o vice-primeiro-ministro, Wang Qishan, segundo divulgação da agência de notícias Xinhua.

A China está equilibrando o gerenciamento do crescimento econômico e atingir as metas do país de desenvolvimento econômico e social neste ano será "algo difícil", disse ele, enquanto conduzia inspeção em unidades bancárias na província de Hebei.

Tanto grandes bancos quanto instituições financeiras pequenas, como bancos rurais ou cooperativas de crédito, precisam expandir seus serviços para companhias pequenas, à medida que os reguladores chineses melhorarem o ambiente financeiro e focarem no financiamento informal, disse Wang. As informações são da Dow Jones.

## Captação externa soma US\$ 30 bi no semestre, recorde para o período

04/07/2011- Valor Econômico

Com um olho na crise fiscal da Europa e outro nos juros persistentemente baixos no exterior, as empresas brasileiras encontraram espaço para captar recursos no exterior em volumes recordes no primeiro semestre deste ano. E, com isso, inundaram ainda mais o mercado local com dólares, cumprindo papel decisivo para jogar para baixo a cotação da moeda americana, que chegou ao menor nível em 12 anos.

Entre janeiro e junho, o total de operações de dívida no exterior (bônus e empréstimos) somou US\$ 30,638 bilhões, o maior volume para o período da série histórica organizada pelo **Valor**. Essas captações representam um avanço de 2,9% em relação ao primeiro semestre de 2010. Mas quando se observa apenas as emissões de bônus - o principal instrumento de captação de recursos externos, responsável por US\$ 26,1 bilhões das captações este ano -, o crescimento é ainda mais expressivo, de 50%.

O que explica essa avalanche de recursos externos trazidos por empresas e bancos brasileiros é o diferencial da taxa de juros local e externo, que cresceu ainda mais com a alta de 1,5 ponto percentual da taxa Selic este ano, num momento de juros estáveis nos países desenvolvidos. Ou seja, captar no exterior ficou comparativamente ainda mais barato.

Do ponto de vista do investidor, o que se vê é apetite por ativos de risco, diante da falta de opções de aplicações que garantam rentabilidade atrativa. Os papéis

brasileiros ganham espaço nesse contexto. Basta olhar para a evolução do CDS - contrato de seguro para eventual default dos emissores - do Brasil, que caiu 2,1% no ano. Na contramão, o CDS médio dos emergentes subiu 1,5% no período. Vale e Petrobras, dois dos maiores emissores brasileiros, tiveram seu risco reduzido em 7,9% e 6,8%, respectivamente.

Neste semestre, o total de bônus emitidos já equivale a 63% de todo o volume captado por meio desse instrumento em 2010 (US\$ 41,3 bilhões). E poderia ter sido ainda maior, não fosse a paralisia dos mercados observada nas três semanas que antecederam o acordo em torno do pacote de austeridade da Grécia, aprovado na semana passada pelo parlamento do país. A preocupação com as consequências de um eventual default grego sobre o sistema financeiro global nublou o cenário e tirou dos agentes a capacidade de estabelecer preços justos nas operações.

Mas foi só a situação externa ganhar um contorno mais otimista e os emissores brasileiros voltaram ao mercado: na semana passada, foram anunciadas duas captações: a JBS USA, subsidiária americana do frigorífico brasileiro, concluiu a captação de US\$ 850 milhões; e o estreante BTG Pactual captou US\$ 500 milhões por meio de títulos com prazo de cinco anos.

Na esteira da reabertura desta "janela" do mercado, especialistas dizem que pelo menos duas outras operações já estão "no forno": Braskem e BR Malls. Também é aguardada para breve uma nova captação soberana, conforme afirmou na quinta-feira passada o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. O Tesouro ainda não fez nenhuma captação no mercado externo este ano e, segundo o secretário, o recente upgrade concedido pela Moody's deve tornar as condições ainda mais favoráveis para esse tipo de operação.

Para o diretor do Bradesco BBI, Renato Ejnisman, além dos volumes elevados, chamou a atenção neste primeiro semestre uma certa regularidade das captações ao longo dos meses. "Não foi um período cheio de altos e baixos", afirma, embora reconheça ter havido momentos de maior cautela diante da crise vivida pelos países periféricos europeus. "No passado, havia janelas para captação, mas este ano o que se viu foram movimentos mais constantes", disse.

É bom que se diga, entretanto, que alguma cautela nesse mercado existiu. E foi ela quem explicou, por exemplo, o fato de os prazos das operações ficarem concentradas em cinco anos, diferente do que se viu em outros períodos, quando emissões de dez anos foram maioria. Mas o custo das operações mostrou um desempenho favorável às empresas. A Braskem, por exemplo, emissora de primeira linha, pagou pelo bônus de dez anos, emitido em abril deste ano, uma taxa de retorno de 6%. Em junho de 2008, antes da crise do Lehman Brothers, a empresa lançou bônus pagando 7,375%.

## **Tribunais garantem acesso a documentos do poder público**

04/07/2011- Valor Econômico

Enquanto defensores do sigilo eterno de documentos oficiais seguram a tramitação, no Senado, do projeto que cria a Lei de Acesso à Informação, o Judiciário virou refúgio de quem tenta obter dados governamentais mantidos em segredo. Decisões recentes de tribunais obrigam políticos, empresas públicas e órgãos governamentais a divulgar informações requisitadas por organizações, empresas, partidos políticos e cidadãos comuns.

Os dados solicitados envolvem assuntos tão diversos como licitações, concessão de benefícios fiscais, estatísticas sobre educação, presença de parlamentares em sessões legislativas e gastos com salários e publicidade oficial. Há situações mais prosaicas, como um caso de Cerquilha, no interior paulista, em que a prefeitura se recusou a fornecer detalhes sobre a construção de um matadouro e o assunto foi levado à Justiça.

O argumento de quem recorre ao Judiciário é o artigo 5º, inciso 33, da Constituição Federal. O texto diz que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse coletivo ou geral". A norma prevê, no entanto, a promulgação de uma lei para regulamentar prazos e procedimentos para liberar esses dados.

Como a Lei de Acesso à Informação ainda não foi promulgada, o direito de acessar dados oficiais ficou à mercê da boa vontade dos políticos. Diante da dificuldade em obter informações, os autores desses pedidos passaram a buscar o Judiciário. É o caso da Associação dos Amigos de Januária (Asajan), uma organização de combate à corrupção nos municípios do Norte de Minas, que vem usando, como estratégia, o ingresso de ações judiciais para conhecer dados governamentais. As informações servem para embasar medidas cobrando a regularidade de atos administrativos.

Algumas decisões judiciais entendem que os papéis produzidos e guardados pelos governos são públicos e, como tal, devem ser divulgados de forma ampla. Em Miravânia, no Norte de Minas, a juíza Maria Beatriz Biasutti obrigou a prefeitura a exibir a relação de todos os servidores municipais e ocupantes de cargos de comissão, descritos por nome, função, salário, controle de ponto e grau de parentesco com os políticos eleitos.

Mas nem sempre os magistrados se posicionam em prol da transparência. "Com o vácuo legislativo, cada juiz decide como quer", afirma Fábio Oliva, da Asajan. No caso de Cerquilha, uma decisão recente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) negou um pedido de informações sobre a construção de um matadouro municipal. O autor do processo havia justificado que os dados poderiam embasar uma ação popular pedindo o ressarcimento, aos cofres municipais, de eventuais gastos irregulares. Mas a 11ª Câmara de Direito Público declarou que o acesso a dados públicos é "juridicamente limitado" e não vigora, no Brasil, o que os desembargadores chamaram de "sistema do 'open file' (arquivo aberto) administrativo".

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, critica a ideia de que o "sistema de arquivo aberto" não vigora no país. "É um posicionamento equivocados", afirma. "A Constituição Federal estabelece de forma muito clara o direito de qualquer cidadão ter acesso às informações que o poder público detém. Essas caixas pretas têm que acabar." A OAB discute a matéria no Supremo Tribunal Federal (STF), em uma ação pedindo que sejam declaradas inconstitucionais duas leis que permitem o sigilo eterno dos documentos oficiais. A OAB quer derrubar o artigo 23, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 8.159, de 1991, e a íntegra da Lei nº 11.111, promulgada no fim de 2005.

Um dos primeiros precedentes sobre o assunto no Judiciário tratava de uma questão ainda cercada de sigilo: a guerra fiscal. Na década de 90, no Paraná, a oposição processou o então governador Jaime Lerner para obter informações sobre benefícios fiscais concedidos à Renault, que levaram a montadora a instalar-se no Estado. Partidos e parlamentares alegaram que o acordo beneficiando a empresa teria que ser previamente analisado pela Assembleia Legislativa, pois poderia prejudicar o Estado. A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu, então, obrigar o governo a divulgar informações sobre os benefícios fiscais.

Mais recentemente, em setembro, a mesma turma do STJ obrigou a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) a exibir documentos sobre um processo licitatório, requeridos por um estudante de sociologia que suspeitava de irregularidades no procedimento. "A licitação é regida pela publicidade dos atos", afirmou o relator do processo no STJ, ministro Mauro Campbell Marques, ao decidir em favor do estudante. Segundo o advogado Renato Dantés Macedo, que atuou na causa, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) havia negado pedidos de exibição de documentos, nesse caso e em outros semelhantes, envolvendo licitações da Copasa.

O Supremo Tribunal Federal ainda não analisou, em plenário, a abrangência do direito de acesso a informações públicas. Mas já há manifestações individuais de ministros, como uma liminar do ministro Marco Aurélio que obrigou a Câmara dos Deputados a divulgar gastos dos parlamentares com verbas indenizatórias, em ação movida pelo jornal Folha de S. Paulo. "Já conseguimos diversas decisões favoráveis", diz a advogada da Folha, Taís Gasparian. "Mas se o Brasil tivesse uma lei de acesso a informações, não precisaríamos entrar com ações judiciais."

## Federação paranaense lança estudo sobre infraestrutura e logística

04/07/2011- Agência CNI

**Curitiba** - A [Federação das Indústrias do Estado do Paraná \(FIEP\)](#) promoveu na última quinta-feira (30/6), em Curitiba, um encontro para lançar o projeto Sul Competitivo, um abrangente estudo que será feito sobre a logística e a infraestrutura de transporte da região Sul, dentro do contexto do Mercosul. Iniciativa da FIEP e das federações das indústrias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o projeto vai traçar uma radiografia do que existe atualmente e apresentar soluções integradas para o transporte de produtos por meio de portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, dutovias e rodovias.

"O objetivo é reduzir custos com transporte de carga e garantir mais competitividade à região", explica o vice-presidente da FIEP, Edson Luiz Campagnolo. "Sendo uma iniciativa das entidades representativas das indústrias, o estudo propiciará um novo tratamento para a questão da infraestrutura e logística no âmbito do governo", afirmou Campagnolo.

Participaram da reunião o superintendente da Infraero, Antonio Pallu; o presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Pesada, Sérgio Piccinelli; o consultor em infraestrutura e logística da Fiep, Mário Stamm, técnicos das secretarias estaduais de Infraestrutura e Logística e da Indústria e Comércio, da Agência Curitiba e representantes de empresas como a CNH Latin América e a Cimentos Itambé.

"A iniciativa das federações e da CNI é importante, porque levará ao governo um projeto que mostra as prioridades do setor produtivo, o que se quer e o que precisa ser feito em infraestrutura e logística para melhorar a competitividade", explicou Renato Pavan, sócio da Macrologística, consultoria que está à frente do desenvolvimento do estudo, incluindo diagnóstico e propostas de soluções.

Na reunião, os consultores Renato Pavan e Olivier Girard, ambos da Macrologística, apresentaram a metodologia que será utilizada no estudo e as cadeias produtivas que

serão focadas. Eles também anunciaram que no período de 11 a 15 de julho farão visitas técnicas a empresas, associações e autarquias ligadas a portos, ferrovias, rodovias e outras instituições governamentais para obter dados relevantes como custos logísticos atuais, projeções de crescimento, gargalos, prioridades de investimentos.

A Macrologística foi responsável pelo Projeto Norte Competitivo, um conjunto de soluções logísticas para os nove estados que integram a Amazônia Legal, entregue ao governo federal em março de 2011. Segundo Olivier Girard, esse primeiro projeto despertou o interesse das federações das indústrias do Sul. "O estudo já foi iniciado com uma análise prévia. A conclusão demandará sete meses", informou.

## **Ford desenvolve banco de carro com monitoramento cardíaco**

04/07/2011- Newsletter Automotive

A Ford trabalha no desenvolvimento de um banco de carro capaz de monitorar os batimentos cardíacos do motorista. Entre as possibilidades do sistema está o auxílio a pessoas doentes, idosas e até a emissão de alertas de ataque cardíaco em tempo real ou a ligação remota com centros médicos.

Desenvolvida pelo Centro Europeu de Pesquisa e Inovação da montadora, em Aachen, na Alemanha, a tecnologia usa seis sensores especiais embutidos no encosto do banco para detectar os impulsos elétricos do coração. A Ford aponta que o monitoramento, além de auxiliar motoristas que já estão em risco, pode ser útil também para detectar distúrbios que ainda não foram diagnosticados.

Otimista com a novidade, a empresa afirma que o sistema realizou medições com alta precisão em 98% do tempo mesmo na etapa inicial de testes. A companhia está realizando ajustes para que não haja interferência independentemente do tecido da roupa que o motorista estiver usando. Durante o desenvolvimento, o monitoramento foi afetado pelo uso de alguns tecidos sintéticos e pela lã mas mostrou bons resultados mesmo com dez camadas de algodão.

Na área da saúde, a Ford trabalha também no desenvolvimento do sistema de conectividade Sync para agregar um novo dispositivo embarcado com controle de voz. As aplicações iriam desde a medição da taxa de glicose de diabéticos até alertas de alergia com base em bancos de dados na web.